

Dupla Maternidade: Os Desafios E Avanços¹

Merli Leal Silva²

Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Bagé, RS

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever a maternidade lésbica partilhada e visível nas redes sociais, em especial, no Instagram. Para tanto, utilizou-se de dados secundários oriundos do IBGE e da análise da página do Instagram *amor de mães*. Observou-se a formação de uma grande comunidade de mães que vivem a dupla maternidade que nasceu no esteio da pós-modernidade. São mulheres jovens, independentes, livres, com recursos básicos para bancar os filhos, e nesses sentido elas estão nas redes partilhando a experiência, trocando ideias, encorajando e dando suporte a outros casais em busca de filhos na dupla maternidade.

PALAVRAS-CHAVE: maternidade lésbica; LGBTQIA+; redes digitais.

CORPO DO TEXTO

Este resumo descreve a maternidade lésbica partilhada e visível nas redes sociais, em especial, no Instagram. As redes digitais configuram-se em espaço de expressão cultural da comunidade de mães lésbicas. Há vários perfis relatando a dupla maternidade sob vários ângulos. A abordagem é exploratória — através do método bibliográfico e com o aporte dos estudos culturais, descreveremos como a rede social tornou visível a dupla maternidade. O presente resumo justifica-se pela falta de debate sobre o tema, parte da identidade lésbica que, em função de políticas públicas de apoio e proteção aos casais, tornou a dupla maternidade ato possível.

Considerando a cultura como expressão coletiva da identidade de determinada sociedade, podemos definir que cada grupo social tem sua cultura própria. No caso da cultura LGBTQIA+, há uma rede de significados partilhados pela comunidade que demonstram manifestações culturais autênticas, inovadoras e expressivas. Nesse sentido, pode-se observar que, desde 2003, houve avanços nas políticas públicas de inclusão de grupos historicamente excluídos. Além de buscar igualdade e respeito, a luta por reconhecimento civil das uniões homoafetivas e a possibilidade de ter filhos mudou o

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Memórias, Representações e Narrativas LGBTQIA+ na Comunicação, evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024.

² Professora Associada da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: merlisilva@unipampa.edu.br.

panorama das famílias brasileiras. Se o mundo impõe constantemente, através da cultura de massa, o padrão heteronormativo, o movimento LGBTQIA+ constitui-se esteio pela expressão livre de gênero e sexualidade.

Em números, conforme o IBGE, há 60 mil casais homoafetivos no país, sendo (47,4%) católicos e mulheres (53%). Os dados são da pesquisa realizada com base no Censo 2010, o primeiro com dados (parciais) da orientação sexual das famílias. No Brasil, o movimento gay ganhou visibilidade a partir da década de 1980, quando as questões de gênero e liberdade sexual romperam o conservadorismo da ditadura militar (1964-1985) e passaram a ser assunto de Estado. Desde 2013, o casamento entre pessoas do mesmo sexo é permitido legalmente. Ficam para trás anos de invisibilidade, de ocultamento, de medo, de negação da cidadania. Nos últimos 40 anos, ser lésbica era doença, desvio de caráter, algo censurado.

Mesmo com todas as amarras sociais levando à rede de dominação patriarcal e à heteronormatividade, o amor entre mulheres surge e renasce, arraigando-se, subvertendo e produzindo novos saberes e campos a serem investigados. Assim, cabe ir mais além e analisar como, de fato, essa resistência organizou-se em território nacional (WERMUTH; CANCIANI, 2018. P. 1373).

O conservadorismo e falta de um programa de governo inclusivo, deixaram à sombra muitos casais que construíram patrimônio e família ao revés das leis. A dupla maternidade era ignorada pelo Estado: é recente duas mulheres acessarem métodos de concepção assistidos. A maternidade não era parte da vida das lésbicas e muitos casais sublimaram o desejo de construir uma família. Legalmente, era complexo e havia muitos riscos. Inexistem dados precisos sobre quem conseguiu resistir e ter sua família. O caso da cantora Cássia Eller, falecida em 2002, colocou em alerta a comunidade lésbica. Além da união não ter amparo legal (bens, herança), a guarda do filho foi disputada, na Justiça, pela companheira de Cássia. O fato tomou proporção nacional e o debate gerou reflexão para a busca dos direitos às famílias construídas por duas mulheres. Certamente, Cássia, Chicão e Eugênia foram fundamentais para que o sistema fosse revisto e chegássemos ao que vivemos hoje.

A Pesquisa Estatística do Registro Civil feita pelo IBGE mostra que, entre 2013 — ano da Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reconhecendo o casamento entre pessoas de mesmo sexo — e 2019, o Brasil realizou 24.593 celebrações no civil entre cônjuges femininos. Casadas, essas mulheres foram em busca de aumentar

a família. A dupla maternidade é um direito para o casal que tem filho com a técnica de reprodução assistida, adoção e o reconhecimento voluntário da maternidade socioafetiva. A notícia tão esperada: todos os cartórios de registro civil do país devem emitir o registro de nascimento da criança adequado para que constem os nomes das duas mães, sem referência à distinção quanto à ascendência paterna ou materna. Parecia tudo caminhar bem para as mulheres com poder aquisitivo para arcar com os custos. A luta, então, passou a ser conseguir os procedimentos (caros) pelo SUS.

Segundo Castells (1999), o processo de construção de uma identidade coletiva constitui-se a partir de três premissas: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto. Para os fins de análise desse resumo, a identidade de resistência incorpora os elementos característicos das comunidades lésbicas, uma vez que são oprimidas pelas identidades legitimadoras. A resistência é uma ação cultural de não aceitação do preconceito e discriminação pela orientação sexual, que se mobiliza por meio de manifestações e ações em organizações não governamentais, órgãos ligados ao poder público e outras ações pontuais na busca dos direitos equiparados aos dos heterossexuais.

As organizações culturais são também as instituições que difundem ideologias de um modo geral: através do que divulgam em massa e de forma acrítica, geram padrões de comportamento, valores e condutas que excluem o que não está em conformidade com o sistema hegemônico. Nesse sentido, as redes digitais inverteram a máxima do meio é a mensagem. Atualmente, a mensagem está dispersa de forma transmídia, ocupando formatos originais e chegando a audiências mundiais. Uma grande comunidade de mães que vivem a dupla maternidade nasceu no esteio da pós-modernidade: jovens, independentes, livres, com recursos básicos para bancar os filhos, elas estão nas redes compartilhando a experiência, trocando ideias, encorajando e dando suporte a outros casais em busca de filhos na dupla maternidade. As crianças estão na faixa de zero a cinco anos, e, através das redes, criam laços de solidariedade e acolhimento. No total, são mais de 200 perfis, mulheres de vários lugares do Brasil e do mundo. Uma forma de pensar o futuro com esperança de dias melhores a partir de famílias que surgem da luta e do amor.³

³ Para maiores informações sobre a página no Instagram acessar o seguinte link: <<https://www.instagram.com/amor.de.maes/>>, acessado em 02 de maio de 2024.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M.. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 1999.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; CANCIANI, Pamela: Entre identidades e microrresistências: onde estão as lésbicas? **Quaestio Iuris**, v. 11, n. 2, Rio de Janeiro, 2018.